O CAZUMBÁ ESQUECIDO: a precarização de ações com foco em gênero no Plano Mais IDH no Maranhão

Carlos Wellington Soares Martins[1]
Marcelo Rocha Ferreira[2]

RESUMO
Apresenta uma discussão acerca das categorias teóricas, políticas e práticas de gênero e desenvolvimento alinhadas ao debate de políticas públicas. Analisa o Plano Mais IDH, seu desenho, seus objetivos, diretrizes com ênfase no eixo de Gênero, Raça e Juventude com foco na pesquisa documental com análise do referido plano, atlas, diagnósticos, sites e trabalhos que apresentem problematizações sob a luz dos estudos de gênero e da teoria crítica. Discute as ações Mais Extensão e a Carreata da Mulher Maranhense apontando suas fragilidades de execução e alcance incipiente para o exercício da cidadania em uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento humano. Conclui que o Plano Mais IDH se configura como uma iniciativa importante, porém ao se falar em desenvolvimento humano outros aspectos e condicionantes devam ser considerados como a incorporação de forma efetiva, e prática, da discussão de gênero para o fomento de uma sociedade mais igualitária.

Palavras-chave: Gênero. Interseccionalidade. Desenvolvimento humano.

ABSTRACT
It presents a discussion about the theoretical categories, policies and practices of gender and development in line with the public policy debate. It analyzes the Mais IDH Plan, its design, its objectives, guidelines with an emphasis on the axis of Gender, Race and Youth with a focus on documental research with analysis of the referred plan, atlases, diagnoses, websites and works that present problematizations in the light of studies of gender and critical theory. It discusses the Mais Extension actions and the Maranhense Women's Carreata, pointing out their weaknesses in execution and incipient reach for the exercise of citizenship in a broader perspective of human development. It concludes that the Mais IDH Plan is an important initiative, but when talking about human development, other aspects and conditions should be considered as the effective and practical incorporation of the gender discussion to foster a more egalitarian society.

Keywords: Gender. Intersectionality. Human development.

[1] Universidade Federal do Maranhão. Doutor em Políticas Públicas (UFMA). E-mail: cawell2000@gmail.com
[2] Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico. E-mail:marcelo.rf@discente.ufma.br

1 INTRODUÇÃO

As categorias gênero e desenvolvimento são polissêmicas e assumem um debate vasto, e polêmico, tanto na academia quanto no campo das políticas públicas, tornando-se um campo fértil e instigante para pesquisas e análises. E quando se comunga os três aspectos em uma ação engendrada pelo poder público e com a participação da sociedade civil, têm-se um objeto que urge por uma análise apurada.

Trata-se do Plano Mais IDH, ação desenhada e articulada pelo governo do estado do Maranhão durante o mandato de Flávio Dino, do PCdoB, que articula intervenções em trinta municípios com o menor índice de desenvolvimento humano, em diversos eixos, e interesse deste trabalho, a forma como foi pensada e trabalhada a categoria gênero no referido plano.

Para tanto realizou-se extensa pesquisa bibliográfica acerca de gênero e apresenta as contribuições de Simone de Beauvoir (2016), Gayle Rubin (2017), Joan Scott (2011), Berenice Bento (2017), e especificamente, as formulações teóricas de Judith Butler (2017, 2019a, 2019b) acerca de performatividade e vidas precárias e de Carla Akotirene (2018) sobre interseccionalidade, e no tocante ao Plano Mais IDH, apesar de pouca literatura disponível, destaca-se os trabalhos de Burnet (2015), Assai (2018a, 2018b) e Handfas, Soares e Vieira (2020) com contribuições sobre o debate, e análises, do plano.

Após o levantamento bibliográfico procedeu-se com a pesquisa documental, desde o Plano Mais IDH em sua arquitetura e desenho programático com apreensão de seus objetivos, metas, sustentação teórica e técnica, organograma, fluxograma e eixos de ação, seguido da visita a sites das referidas secretarias que compõem o quadro de articulação do plano, além de documentos e publicações que visam apresentar resultados parciais da implementação do plano, como são o diagnostico e o atlas desenvolvido pelo IMESC (2015, 2016).

Dessa forma a pesquisa se configura como bibliográfica e documental se utiliza de dados quantitativos, porém com uma abordagem qualitativa e sob a ótica

da teoria crítica. Este texto se subdivide em quatro sessões, esta introdução com a apresentação do tema, objetivo e metodologia, seguido por uma sessão que apresenta o Plano Mais IDH seguido por outra que problematiza as ações com foco em gênero desenvolvida pelo plano, e, por fim, apresenta uma conclusão com as análises obtidas durante o percurso da investigação.

O Cazumbá, figura mitológica do folclore maranhense e figura do São João no Maranhão, do sotaque do Bumba-meu-boi da Baixada, não é homem, nem mulher, e nem animal, transita entre o lúdico e a magia, seria a fusão dos espírito da humanidade e com responsabilidades para com o boi, o Cazumbá nomeia o título do trabalho por simbolizar essa ruptura com a normativa de gênero e binarismo.

2 PLANO MAIS IDH

O Maranhão é um dos estados mais pobres da federação, em 2017 seu IDH era de 0,687 configurando-se como o segundo menor do país (IPEA, 2019), como enfrentamento a este cenário o Governo do Estado do Maranhão, sob a gestão de Flávio Dino, idealizou o Plano Mais IDH, anunciado ainda em campanha, com foco inicial nos trinta (30) municípios maranhenses com menores Índice de Desenvolvimento Humano Municipais (IDHM). O Plano Mais IDH, consiste em uma estratégia do Governo do Maranhão para enfrentamento dessa realidade, instituído pelo Decreto N° 30612, de 02 de janeiro de 2015, composto por diferentes programas e projetos.

> O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. (PNUD, 2015).

O objetivo principal do Plano é o de promover a redução da extrema pobreza e das desigualdades sociais no meio urbano e rural, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Com essa perspectiva o combate a pobreza assume posição central e estratégica para a administração pública. As diretrizes que

balizam a implementação do Plano são: Integração das políticas públicas com base no planejamento territorial; Ampliação dos mecanismos de participação popular na gestão de políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos municípios; Ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania; Inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis; Valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações (MAIS IDH, 2015).

Vale apontar que a estratégia adotada, pelo plano, vai à contramão da política social nacional que tem nos municípios seus principais agentes da política com o estado assumindo esse papel (HANDFAS; SOARES; VIEIRA, 2020).

> No que diz respeito às ações que compõem o plano, além das claras diferenças temáticas, estas possuem também características diversas em relação a sua duração e ao seu alcance. Algumas ações têm um caráter mais pontual e menos distribuído ao longo do tempo, assemelhando-se a mutirões (HANDFAS; SOARES; VIEIRA, 2020, p. 9).

Além de concatenar a perspectiva de desenvolvimento econômico, sustentável e humano, os eixos de ação propostos evidenciam essa característica mais ampla com foco em várias áreas como: Educação, Trabalho e Renda, Saúde e Saneamento, Infraestrutura, Gestão, Cidadania e Participação Popular e, o foco deste trabalho Gênero, Raça e Juventude

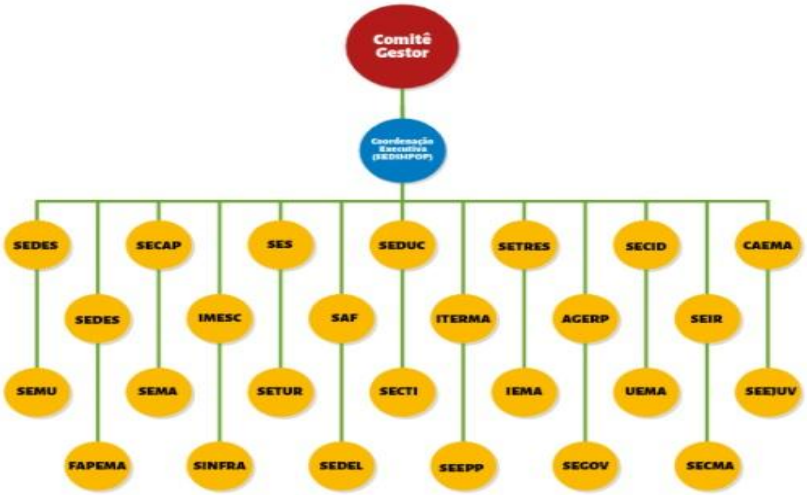

Figura – Comitê Gestor

Fonte: Mais IDH online

O Plano Mais IDH, como evidenciado por Handfas, Soares e Vieira (2020) foi caracterizado por duas fases, marcadas por níveis orçamentários e níveis de apoio do governo federal diferentes, que afetaram tanto a quantidade de ações implementadas, quanto o ritmo de implementação destas. A primeira fase corresponde aos dois primeiros anos do primeiro mandato de Flávio Dino, 2015 e 2016. A partir de 2017, com a mudança do cenário, a nível federal, começa a se modificar e com isso, inicia-se a transição para a segunda fase do Plano Mais IDH, que se consolida ao longo 2018 e se define de fato com o início do segundo mandato de Flávio Dino, em 2019. Essas duas fases produziram efeitos significativos sobre o arranjo institucional do Plano Mais IDH.

Segundo Burnett (2015), essa estratégia de ação rompe com antigos modos de fazer política engendrada, há anos, pelas elites locais no estado do Maranhão, principalmente quando inverte a lógica de crescimento econômico com foco no mercado exterior e busca sanar as desigualdades de condições de vida da população maranhense com o esforço de incluir as regiões mais pobres do estado em uma lógica de inclusão sócio-produtiva.

É louvável o olhar do plano, principalmente em suas diretrizes, quando foca as ações dos eixos para populações historicamente vilipendiadas em acesso a direitos sociais e ao exercício de sua cidadania, como são as comunidades tradicionais, povos originários e minorias políticas e sociais, seria como se estes grupos, tendo seus direitos de cidadãos negados, se localizassem em uma zona de indiferenciação, como infere Butler (2019a), ou seja não está vivo em sua plenitude, no sentido dos laços que os unem à comunidade e ao ordenamento jurídico, e nem estaria morto, um sujeito abjeto e com sua vida precarizada.

Os programas mais visibilizados pela assessoria de comunicação do governo do estado são aqueles mais fáceis em serem mensurados e quantificados, como os programas: Mais Asfalto (quantos quilômetros asfaltados entregues); Escola Digna (quantos alunos matriculados e quantas escolas reformadas); IEMAs (quantos institutos entregues), Minha Casa, Meu Maranhão (quantas casas entregues para a população rural) em detrimento das ações que exigiriam uma verificação que a fria

linguagem dos números não daria conta, como é o debate acerca de gênero, análise esta que é apresentada na seção seguinte.

3 A CATEGORIA GÊNERO NO PLANO MAIS IDH

Gênero, como categoria teórica e política, e um construto social como preconizado por Simone de Beauvoir e aprofundado como categoria útil de análise histórica por Rubin (2017) e Scott (1995), comprovam que as relações sociais são mediadas por essa diferenciação sexual constituídas de relações de poder, alicerçadas pelo patriarcado vigente no modo de produção capitalista. No entanto até o estabelecimento desse binarismo homem/mulher para entender e refletir sobre gênero esbarra em limitações, no sentido que mesmo com a compreensão de que se perfaz em uma relação social, é como se a materialidade dos corpos estivesse dada "Os discursos universalistas têm em comum a produção de um outro pelo esvaziamento das singularidades (BENTO, 2017, p. 43), não trazendo o debate da historicidade desses corpos, como apontadas por Bento (2017, p. 70):

> La historia del cuerpo no puede ser separada o desplazada de los dispositivos de construcción de um bio-poder. El cuerpo es um texto socialmente construído, um arquivo vivo de la historia Del proceso de la producción-reprodución sexual. En este proceso, ciertos códigos si se naturalizan, otros son ofuscados o/y sistematicamente eliminados, puestos en el los márgenes de lo humanamente aceptable.

A contribuição de Butler (2013) com a performatividade de gênero propõe um debate para além do binarismo da diferenciação sexual onde: "O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado […] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (BUTLER, 2013, p. 25)" o gênero seria a legitimação dessa normativa social, desta ordem inscrita na linguagem, no discurso e nas relações de poder, que insistem em inscrever o sexo fora das relações sociais reificando sua constituição e o colocando livre de problematizações e desconstruções.

O desafio que se apresenta ao campo das políticas públicas é como não promover ações para um sujeito universal, que não alcançam toda a pluralidade

existente na sociedade, bem como o desafio de articular o combate as opressões em uma perspectiva interseccional e ter a compreensão histórica de que a sociedade capitalista é racializada, generificada e sexualizada:

> Parece crucial resistir ao modelo e poder que tende a estabelecer racismo, homofobia e misoginia como relações paralelas ou análogas. A afirmação de equivalência abstrata e estrutural ignora as histórias específicas de sua construção e elaboração, além de atrasar o importante trabalho de pensar as maneiras em que esses vetores de poder se exigem e se implantam reciprocamente para alcançar sua própria articulação. Na verdade, talvez não seja possível pensar em alguma dessas noções ou em suas inter-relações sem uma concepção substancialmente revisada de poder, tanto nas dimensões geopolíticas como nos sucedâneos contemporâneos de sua circulação intersectante (BUTLER, 2019, p. 45).

Essa orientação permite que se anteveja a necessidade da utilização da categoria interseccionalidade para o debate acerca de gênero e políticas públicas A intelectual negra Carla Akotirene, em sua problematização, disponibiliza uma construção consistente do termo e categoria além de sua aplicação, inclusive apontando exemplos práticos e contextualizados que demonstram como as opressões se intersectam e impactam mulheres afro-diaspóricas e outras marcações sociais de diferença (AKOTIRENE, 2018).

A interseccionalidade, seja para análise e/ou atuação, ou para a formulação e implementação de políticas públicas, permite um deslocamento de uma perspectiva colonizadora e contribui para que se evite o caráter universalista e essencialista, usuais nas políticas públicas, para que se possa apreender as diferenças e disputas, ou seja os múltiplos cruzamentos, encontros e desencontros dos marcadores sociais da diferença e desigualdade social, presentes na categoria gênero e entender que “[...] O caráter polifônico de um sujeito político que encontrava sua estabilidade identitária no corpo sexuado não se sustenta mais” (BENTO, 2017, p. 23).

A formulação e implementação de políticas públicas com foco em gênero no país ainda é recente, oriundo dos debates das teorias feministas nas universidades e pelos movimentos sociais ganhando força e materialidade na gestão nos anos 80 com a criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina (1983), Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (1985) em São Paulo, com grande

mobilização dos movimentos de mulheres foi criado, em 1983, o Plano de Saúde Integral a Saúde da Mulher, e em 1985 foi instituído o Conselho Nacional de Direitos da Mulher ligado ao Ministério da Justiça e a própria Constituição de 1988 reflete o resultado deste engajamento político (FARAH, 2004).

A trajetória das políticas públicas de gênero incorre em avanços e estagnações, onde mesmo com a Lei Maria da Penha, que em 2021 completa 15 anos, o número de feminicídio ainda é crescente no país, bem como o assassinato da população LGBTI+ com prevalência da população trans, principalmente travestis e mulheres trans, questões e discrepâncias salariais ainda estão longe de ser superadas, ocupação de altos cargos de gestão, a baixa inserção de mulheres no legislativo, aborto legalizado, creche, respeito e garantia do uso do nome social, o racismo estrutural e institucionalizado, a LGBTfobia, ataque as comunidades tradicionais e povos originários, e a ascensão de um governo neofascista, conservador e reacionário que fez recrudescer as políticas voltadas aos direitos humanos e as minorias políticas e sociais. Um grande desafio se coloca para as políticas públicas com foco em gênero no país, como é o caso do Plano Mais IDH.

Os eixos de ação do Plano Mais IDH estão alinhados à Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente com os dezessete (17) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as suas cento e sessenta e nove (169) metas, com foco na erradicação da pobreza, de desigualdades, na garantia do uso sustentável dos recursos naturais, no fomento de uma cultura de paz e respeito a diversidade, tendo o eixo Gênero, Raça e Juventude alinhado ao quinto objetivo que trata da igualdade de gênero.

No material produzido pelo IMESC (2015, 2016) tanto referente ao Atlas Mais IDH e ao Diagnóstico avançado ao se colocar o termo gênero no campo de busca não foi encontrado nenhum resultado alinhado a perspectiva da análise proposta para este trabalho, o que evidencia uma lacuna preocupante. No quadro abaixo apresenta-se as ações efetivadas pelo plano sob o eixo Gênero, Raça e Juventude.

Quadro – Ações no eixo Gênero, Raça e Juventude no Plano Mais IDH

AÇÕES NO EIXO GÊNERO, RAÇA E JUVENTUDE NO MAIS IDH		
AÇÃO	ÓRGÃO EXECUTOR	OBJETIVO

Rota Quilombola	SEIR	Integrar políticas públicas alinhadas ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, garantindo autonomia e geração de excedente.
Juventude com Ciência	SEEJUV/FAPEMA	Contribuir para a formação de estudantes vinculados a instituições da rede pública ou privada sem fins lucrativos, por meio da mobilidade acadêmica, para desenvolvimento de projetos de caráter interventivo e melhoria dos indicadores sociais do Maranhão.
Mais Extensão Universitária	UEMA/FAPEMA	Projetos de extensão financiados pela UEMA, em parceria com a FAPEMA, nas áreas prioritárias de atuação do Mais IDH, para colaborar com a elevação do índice de desenvolvimento humano municipal do estado.
Carreata da Mulher	SEMU	Caravana com ações voltadas para atender mulheres nos 30 municípios do MAIS IDH, incluindo exames e demais ações que promovam as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.
CNH Jovem Rural	SEEJUV/DETRAN	O programa CNH Jovem possibilita que jovens com idade entre 18 e 21 anos e que tenham cursado as três últimas séries do ensino médio em escola pública concorram à isenção nos custos de cursos teóricos e práticos, além de taxas de emissão de Permissão para Dirigir (PD) e Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
Tour Jovem Cidadão	SEEJUV/SECTUR	Proporcionar aos jovens maranhenses o acesso aos equipamentos históricos, artísticos, turísticos e de lazer da cidade de São Luís, como museus, teatros, bibliotecas etc., contribuindo na construção do pertencimento histórico e étnico-racial, e da

	formação cultural. Tem como público-alvo, jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual.

Fonte: MAIS IDH, online

Mesmo trabalhando sob a perspectiva interseccional nesta análise não foi percebida a mesma articulação para com as atividades desenvolvidas no plano, relegando a apenas duas ações específicas as que atenderiam diretamente a perspectiva de gênero: o Mais Extensão Universitária, de responsabilidade da Universidade Estadual do maranhão (UEMA) e a Fundação de Amparo a Pesquisa no Maranhão (FAPEMA) e a Carreata da Mulher Maranhense sob a coordenação da Secretaria da Mulher (SEMU).

O Programa Institucional Mais Extensão Universitária, como o próprio nome sugere trata-se do apoio financeiro e logístico para realização de atividades extensionistas propostos pelos docentes dos campi da UEMA no Maranhão com propostas direcionadas aos eixos e ação do Plano Mais IDH, é uma iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEXAE).

A primeira edição do Mais Extensão teve um edital lançado em 20 de dezembro de 2015, com ações realizadas no período de julho de 2016 a março de 2018. Foram executados 42 projetos com 41 coordenadores e cerca de 181 alunos extensionistas envolvidos nas ações. Segundo dados da PROEXAE, o programa alcançou diretamente um público-alvo de 3.964 pessoas e teve impacto indireto em aproximadamente 50.000 pessoas, porém vale ressaltar que o foco nesta primeira edição foi apenas para os eixos: Saúde, Educação e Produção e Renda, não abrindo espaço para os outros eixos (UEMA/PROEXAE, 2015).

Na edição mais recente sob o Edital Mais Extensão 2018-2020, n° 02/2018 – PROEXAE/UEMA, lançado em 19 de janeiro de 2018, com a realização de ações no período de agosto de 2018 a julho de 2020. A elaboração do edital foi realizada em parceria com Secretaria de Diretos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e contou ainda com a contribuição dos coordenadores de projetos da primeira edição do Mais Extensão. O edital contemplou 50 projetos de extensão com ações desenvolvidas no período de agosto de 2018 a julho de 2020, chamou a atenção

que não houve nenhum projeto direcionado ao eixo Gênero, Raça e Juventude contemplado, mesmo com a abertura proporcionada pelo edital para submissão de propostas em todos os eixos de ação do Mais IDH (UEMA/PROEXAE, 2018).

A Universidade, guardada as devidas exceções, se configura como um espaço que tem uma relativa abertura para o debate sobre gênero e causa estranheza que nenhum projeto de extensão tenha sido contemplado, que leva a inferir algumas hipóteses que em decorrência da limitação da metodologia adotada não podem ser confirmadas e/ou refutadas, sendo elas: a falta de uma divulgação entre a comunidade acadêmica acerca do edital e da ligação do mesmo para com o Plano Mais IDH para as coordenações de centros, de curso, grupos de pesquisa e movimento estudantil e; a falta de uma contextualização mais avançada de como a categoria gênero poderia ser trabalhada em um projeto de extensão e alinhada com os objetivos e diretrizes do plano.

A Carreata da Mulher Maranhense, coordenada pela Secretaria da Mulher (SEMU), configura-se como uma ação pontual, sazonal e itinerante que alcançou os trinta municípios com o menor IDH oportunizando exames laboratoriais e no fomento a ações que combatam a violência contra a mulher por meio das Unidades Móveis Itinerantes. As Unidades Moveis Itinerantes cumprem o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher nos eixos que dão diretrizes ao Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos oferecendo o atendimento e/ou serviços básicos de saúde como: Exame preventivo de câncer do colo de útero (papanicolau) e exame do diagnostico do câncer de mama (mamografia), vacinação, teste rápido de HIV, palestras educativas. No ano de 2016 as Unidades Moveis Itinerantes atenderam 24.260 mulheres, com a realização de exames preventivos de câncer de útero (Papanicolau) e de câncer de mama (Mamografia) (SEMU, online).

Fica a dúvida do porque não se pensar em programas, projetos e ações voltados ao gênero com mais robustez e continuidade, a ação acaba por alcançar apenas o aspecto do bem-estar, que também é importante, mas não possibilita o exercício da cidadania de uma forma contínua, próximo ao que Amartya Sen (2010) chamava de aspecto da condição de agente, possibilitando que o beneficiário/a não atue apenas como sujeito da política, mas também como agente de formulação e

implementação, na perspectiva desenvolvida as mulheres são mais consumidores do que cidadãs, como pontua Canclini (2010).

A estratégia confunde cidadania com humanidade e atribui um valor englobante de produção de significados para o Estado reificando-o como um ente social, a democracia, nesse sentido, possui um caráter retórico com vistas a garantir a soberania do Estado (BENTO, 2017). A questão que fica é se o Plano Mais IDH congrega condições de se estabelecer como uma forma socioinstitucional com potência emancipadora com condições reais de mudança social (ASSAI, 2018a, 2018b), sete anos de implementação do plano já permitem antever alguns avanços no que tange questões no âmbito econômico, mas que necessitam uma articulação maior para propiciar o desenvolvimento humano.

5 CONCLUSÃO

Entre os desafios apreendidos nesta análise sob o Plano Mais IDH, um que se destaca é a necessidade urgente de uma articulação mais profícua entre os eixos de ação e os agentes de desenvolvimento com a realização de programas, projetos e ações que não sejam sazonais e pontuais, mas que tenham em seu desenho e efetivação alcance de metas e objetivos a médio e longo prazo.

O alinhamento entre as categorias teóricas e práticas Gênero e Desenvolvimento carecem de uma interlocução que passa ao largo tanto do desenho e formulação da política, bem como das ações efetivadas, demonstrando um descompasso frente às necessidades e demandas e atuando sob uma perspectiva universalista de sujeito da política sem levar em consideração, e sequer ouvindo, as pessoas, vale lembrar que o Maranhão tem uma ampla extensão territorial, apresenta bioma diversificado, e portanto, características diferentes acerca das relações sociais e modos de produção.

Ações compartimentalizadas no formato de “pacotes” engessam e homogeneízam produtos e serviços e direcionam a cristalização de demandas, é como se fosse a única alternativa a ser disponibilizada e que a população, independente de querer essa alternativa apresentada ou não, tivesse que se

submeter aquela intervenção. Outra crítica a ser pontuada é a perspectiva binária e universalista adotada pela SEMU, percebida na ação Carreata da Mulher Maranhense, fica alguns questionamentos se as ações disponibilizadas alcançam a mulher do campo, ribeirinha, quilombola, indígena, negra, trans, travesti, com deficiência, ou compartimentaliza as ações para uma única mulher.

Sugere-se que, além de que a interseccionalidade seja apresentada aos comitês de gestão, executivo e municipais apontando estratégias de uso desta categoria nas ações do Plano Mais IDH, não só no eixo de Gênero, Raça e Juventude mas incorporada aos demais, e também que tanto a SEMU quanto à SEDHIPOP por meio de sua Coordenação Estadual de Políticas Públicas LGBTI+ tenham mais autonomia e possam propor programas, projetos e ações que venham a atender as demandas sociais destas populações marginalizadas que estão nas diretrizes do plano.

Concorda-se que a pesquisa documental e bibliográfica tem suas limitações para apresentação da realidade concreta, mas ela nos permite vislumbrar certos desvios ocorridos na implementação no que diz respeito, em especial, ao gênero, talvez ouvir vozes e relatos dos sujeitos envolvidos e beneficiários do plano ocasionassem em outras percepções, fica o interesse de prosseguir e ampliar o escopo da análise em pesquisas futuras, importante pontuar a escassa bibliografia de trabalhos que tenham no Plano Mais IDH o seu objeto de investigação.

Por fim é importante frisar a importância do Plano Mais IDH e dos avanços por ele alcançados, evidentes no campo econômico, porém ao se falar em desenvolvimento humano outros aspectos e condicionantes devam ser considerados, não basta acrescentar determinados temas nos eixos de ação para se ajustar as solicitações da ONU, por meio de sua Agenda 2030 e seus ODS, mas sim de incorporar de forma efetiva, e prática, essa discussão para o fomento de uma sociedade mais igualitária nas questões de gênero, Cazumbá continua esquecido no Plano Mais IDH, tem-se a esperança de que seja lembrado e que se permita realizar sua magia.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. **Plataforma Agenda 2030**. Disponível em: http://www.agenda2030.org.br/sobre/. Acesso em: 8 ago. 2021.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**? Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.

ASSAI, José Henrique Sousa; OLIVEIRA, Nythamar. Catirina entre desencanto e emancipação: Uma leitura filosófico-social do “Mais IDH” . **Veritas,** Porto Alegre, v. 63, n. 2, maio-ago. 2018a, p. 673-690. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/31810. Acesso em: 8 ago. 2021.

ASSAI, José Henrique Sousa. Filosofia social e o “Mais IDH”: “Catirina” entre desencanto e emancipação. **AUFKLÄRUNG**, João Pessoa, v.5, n.2, Maio.Ago.,2018b, p.123134. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/arf/article/view/41958. Acesso em: 8 ago. 2021.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENTO, BERENICE. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. O Plano mais IDH, do município à região? globalização e planejamento no Maranhão. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 7, **Anais...**Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13325. 8 ago. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. São Paulo: Autêntica, 2019a.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019b.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. 8 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos feministas**, Florianopólis, n.12, v.1, jan./abr. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/T3X8zdDGn5DZbcjxTLjcyKM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 7 ago. 2021.

HANDFAS, Alexandre; SOARES, Camila Mata Machado; VIEIRA, Rafaela Thomaz. Arranjos e capacidades institucionais: uma análise longitudinal do Plano Mais IDH. **Working Paper – Projeto Conexão Local**, 2020. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/4-_artigo_conexao_local_mais_idh.pdf. Acesso em: 8 ago. 2021.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográficos. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Plano de ação mais IDH**: diagnóstico preliminar. São Luís: IMESC, 2015. Disponível em: http://imesc.ma.gov.br/atlas/Home/diagnostico. Acesso em: 8 ago. 2021.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográficos. **Atlas Mais IDH.** São Luís: IMESC, 2016. Disponível em: http://imesc.ma.gov.br/atlas/Home. Acesso em: 8 ago. 2021.

MAIS IDH. **Plano Mais IDH**. Histórico. 2015. Disponível em: < http://www.maisidh.ma.gov.br/o-plano/contextualizacao/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PNDU. **Desenvolvimento Humano e IDH**, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, disponível em http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx acesso maio 2015.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo / Tráfico de mulheres**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, UFRGS, v.20, n.2, 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 8 ago. 2021.

SEN, AMARTYA. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

UEMA. Universidade Estadual do Maranhão. PROEXAE. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis. Programa Institucional Mais Extensão Universitária. **Edital N. 007/2015 – PROEXAE/UEMA**. Disponível em: https://www.proexae.uema.br/wp-content/uploads/2015/12/Edital-Mais-E.pdf. Acesso em: 8 ago. 2021.

UEMA. Universidade Estadual do Maranhão. PROEXAE. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis. Programa Institucional Mais Extensão Universitária. **Edital Mais Extensão N, 02/2018 – PROEXAE/UEMA**. Disponível em: https://www.proexae.uema.br/wp-content/uploads/2018/05/Resultado-Final-Mais-Extens%C3%A3o-2018-2020.pdf. Acesso em: 8 ago. 2021.